

Considerações Sobre a Força de Pacificação Empregada no Rio de Janeiro

Tenente-Coronel Carlos Alberto Klinguelfus Mendes, Exército Brasileiro

Quer queiram, quer não... Que atinja nosso orgulho profissional militar, ou não; é inevitável. Mais dia, menos dia, as Forças Armadas vão ser empregadas de forma mais contundente, não digo permanente, mas semipermanente, na garantia da lei e da ordem, particularmente no que diz respeito à segurança pública. Por isso, eu acho que temos que nos habituar com essa situação e, mais do que nos habituar, nos preparar.

—Gen Ex (R1) Alberto Mendes Cardoso, Exército Brasileiro¹

O EMPREGO DO EXÉRCITO Brasileiro em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) se faz constante ao longo da história. Todas as constituições que o Brasil já teve legitimaram a atuação das Forças Armadas em situações de excepcionalidade, para o pronto restabelecimento da ordem pública, sempre por ordem direta do Presidente da República.

Apesar disso, esse tipo de emprego da Força Terrestre ainda suscita controvérsia em vários segmentos da sociedade e os debates que acompanharam a atuação do Exército na contenção da recente onda de violência na cidade do Rio de Janeiro comprovam essa afirmativa.

Este artigo tem o objetivo de apresentar algumas observações e lições aprendidas que colhemos, durante o período em que servimos nas Forças de Pacificação que atuaram nos Complexos do Alemão e da Penha, a partir de 2010. Nossas conclusões indicam que pacificar uma área implica não somente aplicar o poder militar necessário, mas envolver os diversos setores do poder público para modificar substancialmente a situação das comunidades-alvo. Em todos os casos, a

aplicação do poder militar não pode ser um fim no processo de pacificação, mas será, sem dúvida, um importante meio capaz de favorecer a reestruturação da Ordem Pública, agindo principalmente nas necessidades básicas da população.

O Emprego de Meios das Forças Armadas no Rio de Janeiro

No início do mês de novembro de 2010, organizações criminosas da Cidade do Rio de Janeiro passaram a desencadear uma série de ações retaliatórias contra o incremento das ações policiais do Governo do Estado contra seus redutos, iniciadas com a instalação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Essas ações retaliatórias foram caracterizadas por ataques sistemáticos a veículos particulares e de transporte público, a postos policiais e a delegacias, na tentativa de gerar um ambiente de terror para os habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Os Complexos do Alemão e da Penha estiveram à margem da presença do Estado por muito tempo.

Em razão dessa onda de violência, o Governador do Estado do Rio de Janeiro empregou os meios julgados necessários, a partir de 21 Nov 10, conduzindo operações que, inicialmente, consistiram

O autor é tenente-coronel de Cavalaria, instrutor da Seção de Operações de Garantia da Lei e da Ordem da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, nessa condição, participou da Op Arcaño, no período de 10 de

fevereiro a 15 de novembro de 2011, exercendo as funções de Subcomandante das Forças-Tarefa REI e AVAI e Chefe da seção de Assuntos Cíveis da Força de Pacificação Arcaño IV.

na entrada em força na Vila Cruzeiro, na comunidade do Complexo da Penha, a fim de controlar esta região de vital importância para as Forças de Segurança Pública. Esta ação já contou com o apoio de meios logísticos do Ministério da Defesa (mais especificamente, da Marinha do Brasil) e resultou na conquista de alguns objetivos limitados.

Na sequência, o Governador do Estado do Rio de Janeiro solicitou novo apoio ao Ministro da Defesa, para que fosse dada continuidade ao processo integrado de pacificação do Estado do Rio de Janeiro, com o emprego temporário das Forças Armadas para a preservação da ordem pública nas comunidades dos citados Complexos². O apoio das Forças Armadas foi autorizado pelo Presidente da República, com a criação de uma Força de Pacificação (F Pac).

A F Pac foi subordinada diretamente ao Comando Militar do Leste (CML), responsável pela coordenação das ações em ligação com o Governo Estadual e, por intermédio do Comando do Exército, com o Ministério da Defesa. Para o cumprimento da missão de preservação da ordem pública, a Força de Pacificação acordada passou a ter a seguinte constituição:

- a) Comando: um oficial-general do Exército;
- b) Tropas do Exército: duas Forças-Tarefa, valor Batalhão de Infantaria;
- c) Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

(PMERJ): um Comando de Polícia Militar (PM) e dois Batalhões de Campanha de PM;

d) Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro: uma Delegacia de Polícia Civil;

e) também foram incorporadas equipes de Inteligência, Comunicação Social, Operações Psicológicas e, na Operação Arcanjo IV, uma Seção de Assuntos Cíveis. A logística inerente às operações ficou com o Destacamento Logístico criado para esse fim.

As ações foram desencadeadas em coordenação com os Batalhões de Polícia Militar (BPM) de Campanha, com a Polícia Civil do Estado e demais integrantes da F Pac. A atuação isolada de pessoal das polícias militar e civil foi restringida, em função dos imperativos de coordenação e controle que essa forma de atuação demandava. A mesma regra foi aplicada à atuação de quaisquer elementos não integrantes da F Pac, e pela mesma razão.

A partir de então, diferentes tropas do Exército Brasileiro (EB) passaram a se revezar na constituição da F Pac a cada três meses, aproximadamente. Os resultados dessa atuação conjunta com o Estado do Rio de Janeiro puderam ser verificados imediatamente ao início da atuação da F Pac (vide quadro-resumo, a seguir).

INDICADOR ESTRATÉGICO	28 NOV 09 a 27 NOV 10	28 NOV 10 a 23 NOV 11	Diferença	
			Absoluto	%
Homicídio doloso	121	110	-11	-9,1
Latrocínio	10	6	-4	-40,0
Resistência com morte do opositor	73	25	-48	-65,8
Lesão corporal seguida de morte	4	0	-4	-100,0
Letalidade violenta (homicídio+latrocínio+auto de resistência+lesão seguida de morte)	208	141	-67	-32,2
Roubo de veículo	1.560	1.047	-513	-32,9
Roubo de aparelho celular	571	367	-294	-35,7
Roubo a transeunte	3.016	2.183	-833	-27,6
Roubo em ônibus	411	286	-125	-30,4
Roubo de rua (transeunte+celular+coletivo)	3.998	2.836	-1162	-29,1

Resumo dos índices de violência imediatamente antes e depois da Operação Arcanjo IV³.



Fotos do autor



Vistas parciais dos Complexos do Alemão e da Penha.

O Ambiente Operacional

A Área de atuação da F Pac compreende uma região de aglomerado urbano vertical com uma população de cerca de 140.000 habitantes. Ela abrange os Complexos da Penha e do Alemão, tendo em sua formação aproximadamente 22 comunidades.

Caracteriza-se por irregularidade no traçado das vias, construções populares disseminadas nas encostas das elevações e deficiente infraestrutura de serviços públicos.

Esses Complexos estiveram à margem da presença do Estado por muito tempo. Em ambos os Complexos, a carência de infraestrutura de serviços, de transportes públicos, de saneamento básico, de assistência médico-hospitalar, de escolas, de faculdades, de creches e de locais de lazer e cultura proporciona um ambiente receptivo a soluções paliativas de sobrevivência social, baseadas na ilegalidade e na informalidade.

A Força Adversa é representada pelo Comando Vermelho. Esse grupo criminoso é constituído, na sua maioria, por jovens do sexo masculino na faixa etária de 15 a 35 anos. Entretanto, há crianças, mulheres e pessoas de mais idade atuando como olheiros (vigias), mensageiros, fogueteiros (responsáveis pelo alerta) e condutores de droga.

O armamento utilizado era de diversos tipos e calibres incluindo, em alguns casos, armas portáteis anticarro⁴.

O Que Podemos Aprender com as Operações Arcanjo

Acima de tudo, a área pacificada pertence aos moradores. É de vital importância para

a missão que isso seja bem compreendido e trabalhado junto aos moradores das comunidades-alvo. Somente dessa forma a população dos Complexos do Alemão e da Penha, outrora subjugada por criminosos e descrente no poder do Estado, passará a confiar nas Instituições Estatais e principalmente se sentir como parte do processo de Pacificação. Por isso, a valorização da população se faz essencial.

Essa valorização ocorre quando a população vê suas denúncias serem atendidas e esclarecidas com presteza, quer seja nos casos voltados à busca de criminosos ou aos locais de homizio, quer seja nos momentos de questionamentos em relação à atuação da tropa ou mesmo ao incentivo para o aprimoramento das comunidades. Como consequência, comprometem-se com o processo de Pacificação.

Sabe-se que durante anos essas pessoas viveram onde o poder das armas era soberano e sobre o qual não cabiam questionamentos. Essa força criminosa também se fez presente, em muitas ocasiões, executando um papel de agente social, adquirindo remédios, comida e realizando eventos para os moradores, aproveitando-se da ausência do Estado. Assim, é impensável agir junto à população local com a expectativa de contar com sua boa vontade apenas porque se tem o poder legal nas mãos. Durante o tempo em que lá estive, a pergunta que mais ouvi foi: “E quando o Exército for embora?”. Essa indagação demonstra qual é o pensamento da população sobre o futuro, e é aí que se deve atuar, pois se constata que a maioria da população vê com esperança a Pacificação e há um aumento dessa

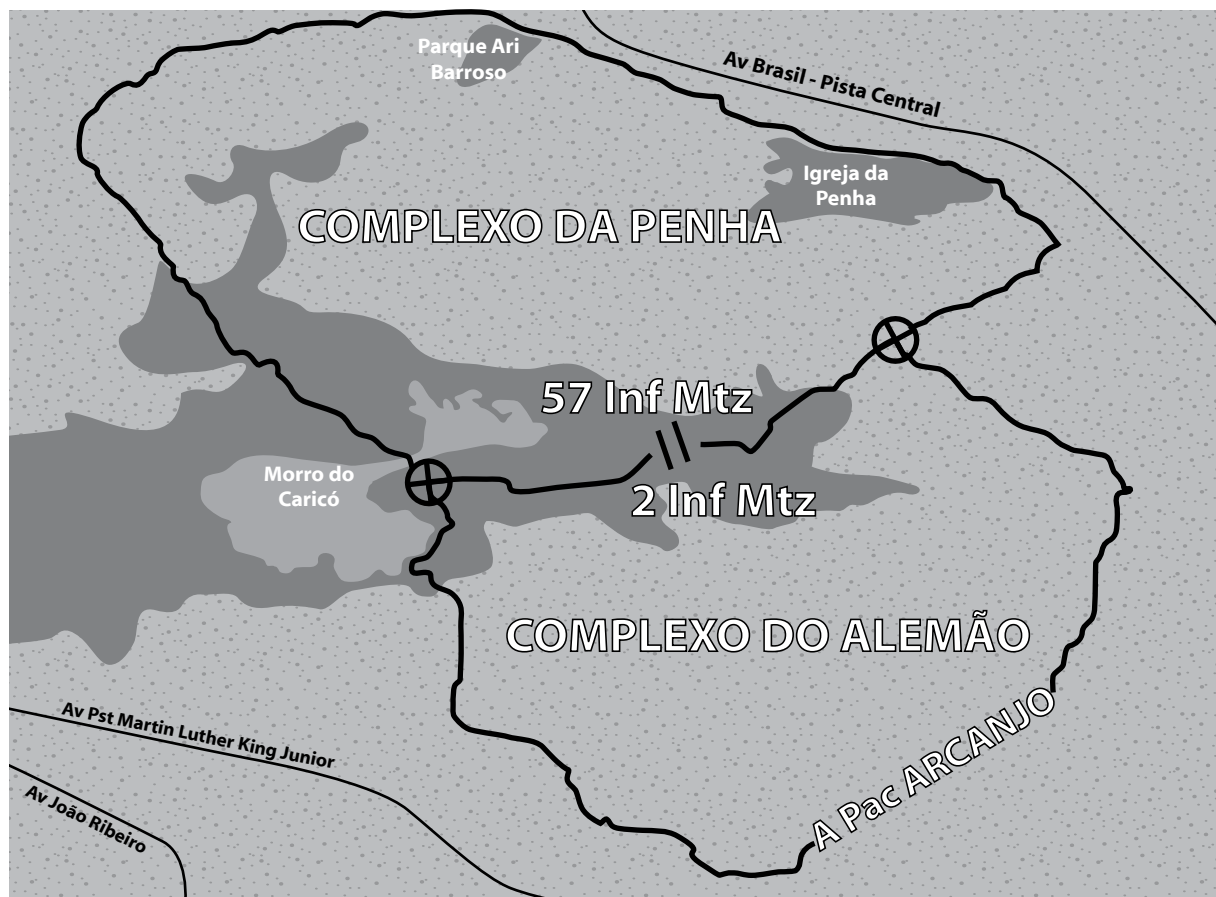
visão à medida que se valorizam suas atitudes. Portanto, faz-se fundamental ouvi-la e entendê-la e não tentar doutriná-la.

A formação militar incentiva a iniciativa, mas deve-se estimular a população a participar do processo, permitindo-lhes: “tomar a frente” em certas decisões. Isso os fará entender que a mudança é lenta, porém permanente, e que lhes pertence, tanto nos aspectos de segurança como naqueles que se referem à infraestrutura e condições de vida. Afinal, é a Comunidade onde vivem, e eles a conhecem, melhor do que qualquer outro grupo.

Em um artigo publicado em agosto de 1917, no *The Arab Bulletin*, T.E. Lawrence ofereceu o seguinte conselho àqueles que iriam se aventurar pelo difícil caminho do entendimento da cultura árabe: “Não tente fazer muito com suas próprias mãos. É melhor que algo seja feito de modo razoável pelos árabes do que por você, com perfeição. É a guerra deles e você deve ajudá-los, não vencê-la para eles. Na verdade, também, sob

as condições peculiares da Arábia, seu trabalho prático talvez não seja tão bom como talvez você pensa que é. Talvez eles levem mais tempo e não fique tão bom como você gostaria, mas é melhor que eles o façam”⁵. Em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, onde se busca a Pacificação, isso também é aplicável.

Aceitação da tropa na área de pacificação pela Comunidade. A legislação que regula a atuação em Operações de Garantia da Lei e da Ordem prevê uma ação episódica, ou seja, que a Força Armada permaneça por um curto período de tempo em emprego. Esse curto período tem por objetivo evitar que a Força Armada seja vista como tropa de ocupação e está diretamente ligado às percepções populares do impacto das atividades militares da Força de Pacificação sobre a vida deles. Desde o momento em que a Força entra em uma área a ser pacificada, tem-se de pensar nisso, buscando alcançar as expectativas da população, o que é sem dúvida uma corrida contra o tempo.



Esboço mostrando a divisão em áreas de responsabilidade durante as operações.

Após um ano de Pacificação dos Complexos do Alemão e da Penha, muitas das expectativas dos moradores não se concretizaram, como os alargamentos de ruas e saneamento básico, como na comunidade de Matinha. Desde o início das operações se fez todo o possível para, em conjunto com o Poder Público, responder às necessidades dos moradores. Assim, foram reparados os prejuízos causados pelas operações militares e houve o acompanhamento das obras de infraestrutura e restauração dos serviços básicos, iniciativas mediadas pela Seção de Assuntos Cíveis — tudo com o propósito de estender a visão positiva da Força de Pacificação. Mesmo com tais ações, mais cedo ou mais tarde, a presença constante das tropas do Exército nas ruas tende a produzir desgaste no relacionamento destas com os moradores locais, caso a retirada demore a ocorrer.

Em determinadas ocasiões, os infortúnios, como danos em veículos, telhados e materiais particulares, ação sobre civis sem antecedentes criminais e as ações dos pontos de bloqueio e controle em vias urbanas e outras atividades durante as operações, tornaram-se incômodos de tal monta que, somados às deficiências nas soluções de infraestrutura e necessidades sociais, fizeram com que o Exército fosse considerado menos pacificador, menos mão amiga, e mais como ocupante.

A conclusão é única: é impositivo que o braço forte da Força de Pacificação e as ações de melhora das condições de vida atuem com brevidade. A aceitação junto às Comunidades somente é mantida com o respaldo da parceria Poder Público-Comunidade em toda a área de Pacificação e não apenas em um dos Complexos.

Disponibilidade de recursos financeiros: condição fundamental. Em uma missão de pacificação o recurso financeiro afasta mais criminosos do que a munição letal. No Rio de Janeiro, desde o início da operação em novembro de 2010, quando a ação do crime organizado desmoronou e o enfoque mudou para a reconstrução social, ter recursos para mostrar à população a retomada da área pelo Poder Público se tornou de extrema importância. O desafio é obter recursos e transformá-los em resultados tangíveis.

O governo do Rio de Janeiro planejou obras para os Complexos da Penha e do Alemão em um montante a ser desembolsado até 2016, atingindo a cifra de R\$ 1,3 bilhão, segundo a Secretaria Estadual de Obras. São obras que vão desde o revestimento de vias, empregando concreto projetado; passando por revitalização de escadarias, reflorestamento, construção de passarelas, demolição de casas, retirada de entulhos, contenção/cercamento de encostas até o apoio em projetos de moradia. Algumas de pequeno porte, como pintura de escolas, reparos de pequena monta em edificações e cercamento de áreas públicas (como parques), são executadas pela tropa de engenharia à disposição das Forças-Tarefa. É importante frisar que essa mudança na estrutura física da área aumenta a credibilidade da Força de Pacificação.

A atividade de Assuntos Cíveis. Em uma Operação de Pacificação isto é um fator ímpar a ser considerado. Como já afirmamos neste artigo, a ação de pacificar implica que o Poder Público se organize e faça convergir os serviços essenciais e as ações da iniciativa privada, de modo a garantir total concentração de esforços em prol do bem-estar da população na área pacificada. Portanto, é vital que as lideranças nos níveis político municipal, estadual e federal estejam decisivamente engajadas, bem como os líderes das comunidades locais.

Esse fato foi observado algum tempo depois do início da Operação Arcanjo II, quando se começou a notar que se deveriam priorizar os esforços para assegurar que um maior número possível de Instituições e de pessoas tivesse interesses no sucesso dos Complexos da Penha e do Alemão. O emprego das operações psicológicas permitiu e permite angariar simpatizantes à causa da Pacificação, mostrando aos moradores e à sociedade externa os efeitos benéficos da atuação da F Pac. No entanto, o mais importante foi despertar nos moradores das Comunidades o desejo de querer que a Pacificação desse certo.

Com isso, percebeu-se que houve um aumento na vontade de “pacificar” da população, acompanhando as novas iniciativas, os novos projetos ou os programas inseridos na área de pacificação e lhes dando retorno. Nesse contexto, incluiu-se o acompanhamento e apoio às atividades do Programa de Justiça Itinerante,

desenvolvido pelo Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais-DEAPE, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com objetivo de dar amplo acesso à Justiça e fomentar a cidadania, por meio de ações regulares que visam a: levar o Poder Judiciário até o cidadão; contribuir para a universalização e democratização do direito de acesso à Justiça, priorizando o atendimento às comunidades mais carentes; buscar soluções conciliadas como fórmula de pacificação social eficiente; promover a regulamentação documental dos cidadãos e principalmente integrar os juízes às comunidades, promovendo uma mudança de relacionamento entre a sociedade civil e o Poder Judiciário.

Para acompanhar essas ações foi criada, em caráter de experimentação doutrinária, uma Seção de Assuntos Cíveis no Estado-Maior da F Pac, a fim de apoiar as duas Forças-Tarefa e a Força de Pacificação como um todo, mantendo a ligação entre os executores desses projetos e programas e as comunidades. É necessário ressaltar que durante a operação foi possível constatar que essa Seção não deve ficar sob a chefia do responsável pela Comunicação Social, pois existe uma diversidade de missões que cabe a cada área envolvida. Sem sombra de dúvida, o emprego da Seção de Assuntos Cíveis em parceria com a Seção de Comunicação Social possibilitou melhor levantamento das necessidades da população, redirecionamento dos esforços interagências e, principalmente, difusão das ações da Força de

...o conhecimento cultural é tanto uma questão de bom senso, quanto uma necessidade para o sucesso da Força de Pacificação.

Pacificação à sociedade e ao público-alvo da área de pacificação. O emprego da Seção de Assuntos Cíveis em Operações de GLO se configurou como multiplicador da ação de Pacificar.

Análise de Risco e Lei do Efeito Reverso. É o que ocorre quando, ao se dedicar intensamente a

um objetivo, se obtém o resultado contrário. Isso é passível de ocorrência nas Operações da Força de Pacificação. Nas operações desenvolvidas no bojo da missão de pacificar, a análise detalhada sobre os efeitos das atividades desenvolvidas é muito importante. É fundamental ensinar aos comandados que todas as ações realizadas trarão uma consequência, a favor ou contra a missão. E que ações desastradas não recairão somente sobre o executor, mas sobre toda a Força de Pacificação.

A questão não é coibir o arrojo e a iniciativa tão necessários em operações desse porte, mas fazer com que os militares envolvidos percebam o quanto a avaliação de resultados é inerente à equipe, aos militares envolvidos com planejamento e, óbvio dizer, aos militares executantes. A ocorrência de um disparo de 7,62mm em um beco, sem um alvo bem definido, tem grande probabilidade de vir a acertar um morador e levar todo o trabalho da Força de Pacificação a ser questionado pela mídia.

Ao planejador cabe questionar se a realização de determinada operação fará com que se obtenha um maior apoio da população ou se haverá um afastamento ainda maior. É certo que existem ocasiões nas quais se deve estar preparado para assumir os riscos inerentes à operação, mesmo que com uma avaliação adversa. Um exemplo foi quando após disparos de fuzil contra uma Patrulha, ainda na Operação Arcanjo II, o Comando da Força-Tarefa decidiu iniciar uma operação de vasculhamento e controle da área considerada. A necessidade de mostrar à Força Adversa a pronta-resposta da Força-Tarefa sem sombra de dúvida afetou o “ir e vir” da população, como na ação de traficantes que dispararam contra uma patrulha na Vila Cruzeiro e deixaram uma criança ferida pelo disparo criminoso, ou quando não se autorizou a realização de determinados eventos públicos locais.

Outro exemplo é o das operações de busca e apreensão, que somente ocorriam após uma criteriosa análise da veracidade dos dados, visando reduzir, ao máximo, a possibilidade de ações desencadeadas em domicílios de moradores inocentes. Sabe-se que as operações sem uma análise criteriosa geram efeitos negativos e enorme desgaste para a Instituição militar. Por isso, as ações da Força de Pacificação buscavam proporcionar segurança à população civil, ao

mesmo tempo em que cerceavam a liberdade de deslocamento e de atuação da Força Adversa.

Após a conclusão de operações na Vila Cruzeiro/Complexo da Penha, difundia-se às Comunidades o que havíamos feito e o porquê, empregando, entre outros meios, os integrantes da Seção de Assuntos Cíveis (pela proximidade que possuíam com os moradores), inserindo-se os agradecimentos pela colaboração.

O trabalho de Inteligência. O sucesso das operações esteve condicionado aos dados fornecidos pelo órgão de Inteligência do escalão superior, neste caso, da Força de Pacificação. As Forças-Tarefa possuíam Seções de Inteligência com meios para produzir e difundir conhecimentos, mas não para analisá-los. As Companhias de Fuzileiros das Forças-Tarefa possuíam células de Inteligência, empregando militares dos próprios pelotões de fuzileiros. O fato de esses militares comporem as diferentes frações das Companhias e participarem de missões de patrulhamento, diariamente, era limitador do acompanhamento da situação.

O desenvolvimento dessas células de Inteligência empregando pessoal voltado somente para essa atividade é de vital importância. Dessa forma, as Companhias têm condições de operar com maior eficiência e efetividade no esforço de busca, não se atendo apenas a manter uma carta de situação, na qual os eventos estejam registrados. Elas coletam dados como fotografias de locais onde ocorreram denúncias, descrevem alvos e proporcionam direções para a sua localização, assim como outras informações sobre as Comunidades.

A Força de Pacificação possuía em sua Seção de Inteligência elementos para análise de dados das fontes humanas, de imagem e de sinais. Essa



As operações de pacificação incluíram patrulhas na serra da Misericórdia.

Foto do autor

possibilidade permitia operações em áreas com maior definição da mancha criminal, evitando os grandes vasculhamentos que não surtem efeito em áreas densamente povoadas, com um aglomerado de construções em área topográfica verticalizada, como as favelas.

A velocidade de processamento de dados da F Pac foi fator primordial para as ações das Forças-Tarefa, uma vez que a Força Adversa possuía grande mobilidade e capacidade de se homiziar. Essa forma de atuação da Inteligência é fundamental para impedir que as forças adversas, em consequência a mancha criminal, enraizem-se em uma área e comecem o processo de intimidação e reorganização danoso à Pacificação.

O terreno humano nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Estudar e refletir sobre a cultura e o modo de viver da população e depois interagir com ela em uma área de pacificação é fundamental para o sucesso de uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem. Às vezes, o chamado “terreno humano” possui valor muito maior do que a fisiografia da área de Operações. Assim, essa ação de pacificar implica em atuar junto e sobre a população para que se atinjam os objetivos. E como agir sobre aquilo que desconhecemos? Ou será que devíamos conhecer — afinal, não temos todos a mesma nacionalidade?



Foto do autor

Crianças moradoras das áreas pacificadas desfilam em apoio às ações do Exército.

Em uma primeira reflexão, parece que o fato de atuar em território nacional não apresenta diferenças, porém em uma reflexão mais acurada, percebe-se que tais diferenças existem e são inúmeras. Um país de dimensões continentais abriga em sua população grupos humanos com hábitos culturais diversos, desde variações alimentares a comportamentos distintos, que necessitam ser compreendidos pelos militares que compõem uma força de pacificação.

Essas diferenças culturais tornam a missão de pacificação mais complexa porque inserem a ação do militar em um contexto sociocultural às vezes divergente daquele a que ele se julgue pertencente. Durante o período de operação, todos os níveis de comando mantiveram permanente o questionamento sobre quais eram os hábitos culturais das Comunidades e o uso do bom senso. A ação dos comandantes de fração junto a seus homens para o entendimento do direito ao modo de vida dos moradores reduziu em muito os desgastes envolvendo incidentes entre moradores e tropa.

É fundamental que no preparo da tropa se apresente quem compõe a população da área de pacificação e seus valores socioculturais. A convivência diária entre *tropa e moradores* se torna difícil quando não se compreendem os hábitos, o dia a dia, as lideranças comunitárias e a história remota e recente da Comunidade. A partir

do momento em que a tropa aprendeu a conviver com os hábitos da população, respeitar suas necessidades, sem deixar de cumprir sua missão, a tarefa da Força de Pacificação se tornou mais simples, e o respeito ao soldado pela Comunidade aumentou. A interação *tropa-moradores* favoreceu a confiança, pois os mesmos não viam a tropa do Exército Brasileiro como Força opressora, mas como seus protetores.

Após seis meses de operação, é possível afirmar que o conhecimento cultural é tanto uma questão de bom senso, quanto uma

necessidade para o sucesso da Força de Pacificação. Admite-se que se aprende por meio de erros e acertos, na fase inicial, sobre essas características culturais, mas, passado o aprendizado inicial, o domínio da cultura local se mostrou como um dos mais eficientes meios para a conquista dos objetivos da missão de pacificar.

A liderança nas pequenas frações. Muitos dos nossos comandantes de Pelotão e Grupos de Combate eram militares recém-saídos das Escolas de Formação e a liderança que lhes foi ensinada foi colocada à prova em situações que não se costuma transmitir em bancos escolares: ao invés de lidarem com turbas compostas somente por indivíduos com 20 anos de idade ou mais, defrontaram-se com grupos formados também por mulheres e crianças. Ainda assim, agiram com iniciativa, inovação, determinação e coragem, os ingredientes essenciais em muitas das situações adversas.

O êxito desses jovens comandantes deveu-se à preocupação em todos os níveis (do comandante da Força-Tarefa aos comandantes de grupo de combate) em se fazer presentes junto à tropa, isto é, participar de patrulhas em becos e ruas, servindo de exemplo; estar com a tropa durante o dia, a noite e a madrugada. Em missões dessa natureza, o comprometimento de todos, o pensamento de que “a equipe não racha” deve

ficar nítido; postura contrária pode conduzir a missão ao fracasso e a problemas no trato com a população.

Durante a fase da preparação, ministraram-se instruções abordando as situações possíveis e a postura a ser adotada. Essa antevisão das situações permitiu o enfrentamento real das crises com serenidade, minimizando os casos em que comandantes de pequenas frações eram surpreendidos ao terem de tomar decisões importantes em curtíssimo lapso de tempo.

O entendimento da missão. Nas operações de Pacificação o repasse à tropa do entendimento do que se quer dela é o mais importante. É fundamental que a tropa compreenda qual é sua missão e qual é o entendimento no nível político da situação em que aquela se encontra. Se isso não for feito, surge um descompasso entre as ações da tropa e o que se planejou no mais alto nível decisório, com consequências desastrosas. Para muitos isso pode parecer óbvio, no entanto, pela sua importância, vale a pena salientar.

Todos devem ter conhecimento e compreensão da missão a ser executada, porque, caso contrário, os objetivos do nível tático podem não ser os mesmos do nível político. E se um comandante entende, por exemplo, que deve realizar patrulhas de combate com a agressividade comum às operações convencionais, em vez da energia exigida nas Operações de Manutenção da Lei e da Ordem, seus subordinados poderão fazer o mesmo e incorrerem em maus tratos a suspeitos e moradores, resultando em uma indesejável

ultrapassagem dos limites de atuação. E nada é mais destrutivo para o trabalho de Pacificação do que isso. Portanto, faz-se imprescindível que, desde o início da missão, todos os integrantes da Força de Pacificação saibam aonde devem chegar e qual o caminho a seguir.

Conclusão

A preparação para confrontar o Inimigo pressupõe um nível de agressividade; confrontar uma Força Adversa, outro nível. Esta é a chave para o preparo e o cumprimento da missão. Mas, em ambas as situações, tem-se a população civil envolvida (representada por homens, mulheres, crianças e idosos), quer seja na defesa externa quer na situação de não guerra, que deve ser respeitada em seus valores, cultura, cidadania e assistida em suas necessidades, para que se possibilite a consecução última de toda ação militar: a obtenção e manutenção da paz.

Após um ano de ocupação dos Complexos do Alemão e da Penha pelas Forças de Pacificação, a queda dos índices de criminalidade⁶ comprova o acerto da iniciativa, mas chama a atenção para a necessidade de eficácia nas operações atuais e futuras. Para as tropas do Exército Brasileiro, isso significa não apenas manter o nível de entendimento cultural de seus integrantes, mas também o esforço em prol da compreensão da complexidade do verbo Pacificar em todas as suas vertentes — cultural, política, econômica, forças adversas e população —, bem como da capacidade de antever e contornar óbices e de sobrepujar possíveis reverses. **MR**

REFERÊNCIAS

1. Durante palestra proferida na ECEME por ocasião do Ciclo de Estudos de Política e Estratégia, em 2003.

2. A atuação do EB nos Complexos da Penha e do Alemão teve início com o ofício do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Por intermédio desse documento, ele solicitou ao Presidente da República o emprego temporário de militares das Forças Armadas para a preservação da Ordem Pública nessas duas comunidades até 31 Out 11 (ou seja, por um período de onze meses), nos termos dos § 2º, 3º e 4º do Art. 15 da Lei Complementar Nr 97/1999 e dos Art. 2º, 3º e 5º do Decreto 3897/2001. Em setembro do mesmo ano, os governos estadual e federal retificaram para junho de 2012 a data de retirada do Exército e assunção da área pelas Forças de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

3. De acordo com o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP). A análise enfocou dados de três delegacias policiais (22ª, 38ª e 44ª DP) que atendem às comunidades do Alemão e da Vila Cruzeiro e também aos bairros do entorno (Engenho da Rainha, Tomás Coelho, Inhaúma, Del Castilho, Maria da Graça, Olaria, Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e Jardim América).

4. Foram identificados revólveres dos calibres “.38”, “.357”; pistolas semi-

automáticas dos calibres 9mm, “.38”, “.40”, “.45”; metralhadoras leves MP5, Beretta, Uzi, INA; e fuzis de assalto FAL, PARA-FAL, M16, M4, AK 47, Ruger, Beretta, entre outros.

5. Esta é uma tradução livre de um dos 27 artigos de T.E. Lawrence — popularmente conhecido como Lawrence da Arábia. — publicado pelo *The Arab Bulletin*, em 20 de agosto de 1917. Uma versão desses artigos está disponível em www.pbs.org/lawrenceofarabia/revolt/warfare4.html. Acessado em 10 fev 2012. Outra versão pode ser encontrada no artigo do General David Petraeus, do Exército dos Estados Unidos, publicado na edição brasileira de maio/junho de 2006, da *Military Review*.

6. Dados referentes somente à área de Pacificação. Segundo os índices fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), a partir de uma coleta de dados de delegacias policiais da região (22ª, 38ª e 44ª Delegacias), houve diminuição de 9,1% nos casos de homicídios dolosos (com intenção de matar), os roubos a coletivos decresceram 19,9% e a veículos 44,3%. No entanto, a estatística mais significativa, uma vez que reflete diretamente na sensação de segurança da população, é a de redução de roubo a transeunte. Esse número caiu, praticamente, à metade, de 1.380 para 768.